



Comunicação

DIÁLOGOS DE UMA JUVENTUDE VIGIADA E VIGILANTE

Aline Gatto Boueri*

Somos cinco. Cada um tem a sua turma, a sua tribo, os seus projetos de vida. Não somos amigos, parentes ou vizinhos e nunca sentamos juntos em uma mesa de bar. Entre a favela e o asfalto, somos familiares e estranhos uns aos outros. Nossas vidas se cruzam diariamente na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Somos jovens. E nos encontramos aqui para falar de polícia.

Mariana é socióloga, branca, tem 37 anos e há oito trabalha com jovens em um projeto social de uma favela do Rio de Janeiro. Quando chega à favela onde trabalha se depara com uma barreira policial. Mariana não deve, mas teme. Afinal, a presença policial ali pode significar mais um confronto. Mas o que ganha destaque na fala da moça é a forma intimidadora e, ao mesmo, tempo insegura como o policial em serviço informa a possibilidade de sua segurança estar em risco. “Ele me avisou que eu não poderia passar, me questionou o que eu fazia ali e, quando argumentei que precisava passar para chegar ao trabalho, ele cedeu, mas se isentou ‘tudo bem, mas a senhora já sabe, né?’. E eu não passei”, conta.

Eu, Aline, 24 anos, jornalista, branca, classe média, criada na zona norte e recém-chegada à zona sul, sinto-me também apreensiva diante da presença ou proximidade policial. Ora insegura, ora segura. E isto tem muitos “dependes”. Depende da situação? Do local? Da hora? Das minhas companhias? Da minha aparência? Da minha cor? Da minha condição social? Do tipo de policial? Do “como” ele faz o seu trabalho? Por que temos sentimentos tão díspares sobre a nossa polícia, sobre estes jovens de uniformes e distintivos? Por que podemos nos sentir mais seguros quando avistamos, de fora e bem de longe, um carro da Polícia Militar entrando na favela, enquanto que aqueles jovens que vêm a patrulha, de dentro e bem de perto, talvez sintam justamente o oposto?

Leonardo tem 20 anos, é negro e de origem pobre, como boa parte dos jovens policiais que patrulham a região metropolitana do Rio de Janeiro. Ele mora, trabalha e estuda na mesma favela na qual trabalha Mariana. Também não deve e também teme quando avista a polícia. Quase

* Jornalista do Portal Comunidade Segura www.comunidadesegura.org.br

sempre é mesma coisa: manobrar a desconfiança e a tensão das “batidas policiais”, procurando responder com educação, levantar a camisa, mostrar documentos, explicar tudo de novo, por vezes para os mesmos policiais, quem é, onde mora, onde estuda, onde trabalha, o que está fazendo, e para onde está indo. Leonardo acredita que o “único problema agora é o Caveirão” (carro blindado da PM do Rio de Janeiro, usado para fazer incursões em favelas). Por conta de tréguas entre os diferentes comandos que disputam domínios territoriais, e determinam a geografia política do local onde mora, Leonardo afirma que hoje em dia se sente mais seguro na comunidade, apesar das incursões policiais. Apesar.

No entanto, o jovem não se sente injustiçado pelo tipo de serviço prestado a ele pela Polícia Militar. Mesmo quando dirige sua moto com documentação correta entre sua casa e o trabalho e, sem motivos aparentes para a abordagem policial, ele acredita que a forma de atuação policial na comunidade onde mora é “natural” porque é um local rotulado como “perigoso” por quem está do outro lado, do lado de fora das favelas (a polícia e os moradores do asfalto). Acostumado a ter que lidar com as formas imprevisíveis e ameaçadoras de vigilância dos jovens do tráfico e dos jovens da polícia, acostumado a viver entre as “batidas” e o batente, Leonardo parece ter internalizado o medo dos moradores do asfalto com tanta naturalidade, que justifica a prática policial na sua comunidade de acordo com a imagem externa do que é seguro. Internaliza e aceita. “Eles [os policiais] não sabem se a pessoa que está passando é bandido ou não. Isso não está escrito na testa. Faz parte do trabalho deles abordar, revistar, questionar”. Contenta-se com o repertório negativo de possíveis violações policiais, desde que este exclua a violência física. “O que eles não podem fazer é bater”, diz.

Teoricamente, eles também não poderiam favorecer determinados indivíduos por conta de relações privilegiadas dentro da corporação. Mas Tiago, soldado da Polícia Militar, branco, morador de um bairro popular de Niterói, e Maurício, capitão da PM, branco e comandante de um batalhão de policiamento comunitário em uma favela da mesma cidade, contam que isso já aconteceu com eles. Tiago, que dirigia moto há alguns anos, diz que precisou citar nomes de policiais militares conhecidos quando foi abordado em uma blitz e, com a documentação do veículo vencida, conseguiu se livrar das sanções previstas por lei. Maurício sequer conhecia pessoalmente o policial que mencionou ao ser flagrado dirigindo sem

carteira de habilitação, quando tinha 16 anos. “Disse que conhecia um subtenente que morava no bairro e o policial me liberou. Joguei com a sorte”, conta. E deu certo.

Mas buscar ter alguma “consideração” ou “facilidade” do policial não funciona para todo mundo. Leonardo é um cidadão comum, não tem dinheiro, influência ou prestígio para negociar. Na última vez em que foi abordado pela polícia, foi acusado de ser um bandido conhecido, insistiu em sua inocência e venceu pelo cansaço - e pela verdade - a dupla de policiais que o abordara nas proximidades de sua casa. Ainda que aparentemente convencidos de sua “conduta legal”, Leonardo conta que recebeu uma espécie de indulto. “Eles disseram que iam me dar uma chance e me liberar. Chance de quê? Eu não sou bandido.” Venceu por sua verdade cansada, já conhecida de todos. E, dessa vez, deu certo.

Habitado a estar sob “liberdade vigiada”, a ser visto como uma ameaça para a, e a se sentir ameaçado pela polícia Leonardo desconfia dos motivos que o levaram a se transformar em suspeito. “Coincidiu de eu entrar numa loja no momento em que avistei a polícia. Eles devem ter achado que eu fui me esconder. Quando saí da loja, eles vieram me perguntaram o que eu estava escondendo”, relata.

Mariana passou por situação semelhante. Caminhando pela comunidade onde trabalha, encontrou um policial e entrou em um bar, mas não pôde evitar a abordagem. “Eles vêm com a arma já apontada, e eu não vou ficar de frente de um fuzil virado para a direção onde eu estou. É claro que aquela arma não estava apontada pra mim, mas se ele tivesse que atirar, eu estava na frente.” Mariana não se furtou em explicar isso ao policial que a interpelou. Mas prefere evitar o encontro. “Se dizem para mim que a polícia está na rua, que pode acontecer alguma coisa, eu fico aqui, espero”, afirma.

Por que é necessário explicar os motivos de entrar em um estabelecimento comercial? Por que é necessário informar seus motivos para ir e vir, ainda que este seja um direito garantido por lei a todos os cidadãos, jovens ou não? Por que o questionamento some diante da menção a um determinado membro da corporação?

Mariana tenta explicar: “Eu acho que qualquer relação humana – e aí não é a polícia, cidadão, traficante – se estabelece através do seu olhar

ou da sua postura, a sua reação ao que está acontecendo.” Seguindo a linha, seria possível dizer que as relações entre esses jovens e a polícia estão baseadas numa lógica de desconfianças e medos recíprocos, agravados de acordo com as circunstâncias nas quais o encontro se dá. E quase nada mais. Fica-se com a impressão de que nestas relações só há espaço para temores e cobranças de dívidas. Do que somos devedores? Os jovens temem os policiais. Os jovens policiais temem a juventude de que fazem parte. Será que nos tornamos devedores do medo, do preconceito? Desde quando passamos a ser percebidos como “elementos suspeitos”? Desde quando nossa liberdade de ir e vir, de se expressar, passou a ser vista como “fora de controle”?

Tiago acredita que um dia foi diferente. Para ele, há alguns anos – quando precisou se valer de conhecidos na polícia para se livrar da apreensão de sua moto – havia mais respeito pela figura da autoridade vestida com uma farda. “Quando víamos um policial, tentávamos ao máximo nos apresentar de forma insuspeita. Hoje o cara é parado com moto sem documentação, sem capacete e ainda reclama de ser parado”, avalia. Havia realmente mais respeito, mais dignidade?

Para um jovem, ser parado pela polícia no Rio de Janeiro é sempre um acontecimento que se transforma em conversa de bar. Ainda que muitos tenham pelo menos um caso para contar, é difícil encarar a situação com naturalidade. Maurício, no entanto, acredita que policiais jovens são os que mais encaram com agressividade sua função. Coincidentemente, Tiago avalia a faixa etária que vai dos 17 aos 24 anos como a mais propensa a cometer abusos e violações, estimulados ou não, pelo uso de drogas. Lança uma pista sobre os perigos de se alimentar somente visões negativas sobre as formas de expressão e de afirmação de nossas identidades.

Neste encontro de juventudes, o extremo parece ser o ponto de convergência. Mariana encontra dificuldade em determinar as situações nas quais se sente insegura, em desenhar uma face para o perigo. “Suspeito não é uma categoria que eu gosto de usar, acho que cria um estigma. Eu acho que tudo está muito contextualizado”, diz. Mas dá um exemplo: “Vou passar por uma galera, os meninos de rua cheirando cola, empurrando um ao outro ‘ah, eu vou passar pelo meio porque eu não sou preconceituosa’. Não, eu vou atravessar a rua, porque eu sei que até por conta daquele contexto, naquele momento, isso pode acontecer.”

Maurício tem medo de andar de ônibus. Acha que é possível identificar um “marginal” só de vê-lo. Vive também a insegurança antecipada. “Não é pela vestimenta; eu não sei, eu acho que se denuncia com o olhar.” Tiago acha que a atitude diz mais. “Tem um grupo de pessoas muito isoladas, e quando sente a chegada da polícia, o grupo pára de falar, fica aquele silêncio”, descreve. Segundo ele, nas vezes que foi parado, o comportamento do grupo onde estava era esse. E ele acha justo. “Quem não deve não tenta ficar longe”, afirma. Porém, o seu medo contradiz sua própria afirmação, evidenciando que mesmo quem não deve, tem motivos de sobra para temer a polícia. Pois parece não está claro para ninguém o que pode e o que não pode acontecer durante uma abordagem policial no Rio de Janeiro.

Maurício não teme pelo “marginal” em si, mas pela possibilidade de ser identificado como policial. Moramos em uma cidade onde o policial teme o “marginal”, moramos em uma cidade onde o jovem teme o policial, ainda que esteja em concordância com a lei.

Por quê? Responder a questão significa buscar superar traumas e frustrações, compreendendo a maneira como se dão, de fato, esses encontros fortuitos entre as forças de segurança pública do estado e os cidadãos que delas dependem para a garantia de seus direitos.

Leonardo não se sente muito tentado em ir à praia. Ele mora no Rio de Janeiro, mas o litoral fica longe da favela onde mora e, quando diferentes facções se encontram no ônibus, pode haver problemas. Certa vez, o problema foi com a polícia. “De dentro do ônibus uns meninos jogavam amêndoas nos pescadores. Eu e meus amigos acabamos levando a culpa por algo que não fizemos”, conta.

Foi a primeira vez em que Leonardo foi parado pela polícia. Ele acha que a atuação na favela onde mora tem relação direta com a corrupção. “Quando eles esperam receber um dinheiro e não vem, então eles vêm com tudo, dão tiro para o alto, se o pessoal correr, jogam bomba de gás. Tem hora que os caras do tráfico também dão tiro, aí fica aquele tiroteio, e quem está procurando lazer acaba ficando no meio disso tudo. Sai um problema e entra outro”, diz.

Durante certo tempo eu acreditei também nesta meia verdade construída a partir dos encontros fortuitos com alguns policiais

aparentemente envolvidos com o crime. Acreditei que toda a polícia funcionasse a partir da mesma lógica do tráfico de drogas: disputando territórios de forma violenta na minha cidade. Mais isto é somente uma pequena parte da história, e pensar assim pouco contribui para entender as relações da polícia com a juventude, e prevenir os possíveis desvios de conduta de policiais. Devo dizer que concordo com Mariana. Dentro da polícia, como em todo lugar, há pessoas boas e ruins. É verdade que quando as pessoas ruins se valem da instituição para praticar atos de desrespeito e violação aos nossos direitos civis, isso me gera um incômodo, como se não houvesse muito a quem recorrer.

Quando a instituição parece não assumir, de forma transparente, regular e pública, a responsabilidade de punir os desvios internos – o que pode fatalmente ser um equívoco meu, mas quando se fala em impressões, os fatos nem sempre assumem o papel de protagonistas na construção das versões -, então talvez os encontros fortuitos se tornem ainda mais trágicos, pois se dão em um clima de incertezas e, pelo que ouvimos de nossos entrevistados, é a incerteza de como agir e o que esperar do policial que gera a tensão e, por consequência, a rejeição do outro, causa aparente de violações e violências recíprocas.

Mas assim como Leonardo e Mariana, não vislumbro um “mundo ideal sem polícia.” Desconfio de que neste exato momento a polícia ainda exerce uma função importante na prevenção e no controle da violência diária, que parece contaminar grande parte das relações humanas no Rio de Janeiro. Assim como Tiago e Maurício, acredito que antes de temer a polícia, é preciso compreender aqueles que estão nela como trabalhadores de uma instituição, como cidadãos, como indivíduos em busca também de reconhecimento, respeito, cidadania.

Ser jovem no Rio de Janeiro é estar na faixa etária mais vulnerável à violência armada, é estar sob a mira de ambos os lados da lei, é estar mais próximo de uma abordagem policial violenta, de um confronto armado entre forças de segurança e traficantes de drogas. Somos todos Leonardos, Marianas, Tiagos e Maurícios na corda-bamba do enorme prazer de viver nossas vidas, e do grande temor em ser punido por isso; do frenesi da juventude e de tudo que nos impede de vivê-la plenamente. Nós nos encontramos aqui para falar de polícia, mas falamos, na verdade, de juventude.